



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas

<b>PARECER ÚNICO Nº 0047621/2019 (SIAM)</b>		
<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 09143/2014/004/2018	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Renovação da Licença de Operação		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 08 anos

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b> Licença de Operação	<b>PA COPAM:</b> 09143/2014/003/2014	<b>SITUAÇÃO:</b> Concedida
--	---	-------------------------------

<b>EMPREENDEDOR:</b> TS TRIM BRASIL S.A		<b>CNPJ:</b> 20.529.795/0001-37	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> TS TRIM BRASIL S.A		<b>CNPJ:</b> 20.529.795/0001-37	
<b>MUNICÍPIO:</b> Ouro Fino		<b>ZONA:</b> Urbana	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):</b> SIRGAS 2000 <b>LAT/Y</b> 22º 16' 9" <b>LONG/X</b> 46º 22' 13"			
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Grande		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rios Pardo e Mogi Guaçu	
<b>UPGRH:</b> GD6		<b>SUB-BACIA:</b> Ribeirão Ouro Fino	
<b>CÓDIGO:</b> B-09-05-9	<b>PARÂMETRO</b> Área Útil	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):</b> Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, exceto embarcações e estruturas flutuantes	<b>CLASSE DO EMPREENDIMENTO</b> 4
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> • Não há incidência de critério locacional			
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Camília Mara Franco		<b>REGISTRO:</b> CREA-MG 04.0.0000163650	
<b>AUTO DE FISCALIZAÇÃO:</b> 130066/2019			<b>DATA:</b> 24/01/2019

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Renata Fabiane Alves Dutra – Gestora Ambiental	1.372.419-0	
Jandyra Luz Teixeira – Analista Ambiental	1.150.868-6	
Vanessa Mesquita Braga	1.214.054-7	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.147.680-1	
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	



## 1. Resumo.

O empreendimento TS TRIM BRASIL S.A atua no setor de confecção de capas para banco de carros, exercendo suas atividades no município de Ouro Fino - MG. Em 28/12/2018, foi formalizado, na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 09143/2014/004/2018, na modalidade de renovação de licença ambiental de operação.

Como atividade principal a ser licenciada, o empreendimento tem capacidade nominal instalada de 640 conjuntos/dia. Com relação à infraestrutura do empreendimento, sua área útil corresponde a 15.605 m<sup>2</sup>, dos quais 8.254,93 m<sup>2</sup> correspondem às porções construídas.

Em 24/01/2019, houve vistoria técnica ao empreendimento a fim de subsidiar a análise da solicitação de licenciamento ambiental, na qual foi constatada a sua conformidade ambiental com as medidas de controle instaladas e equipamentos em ótimo estado de conservação.

A água utilizada pelo empreendimento, destinada ao atendimento para consumo humano, provém da concessionária DMAEE e corresponde a 536 m<sup>3</sup>/mês.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento, estando este instalado em perímetro urbano municipal e, portanto, dispensado, também, da constituição de Reserva Legal;

Os efluentes líquidos gerados pelo empreendimento são objeto de adequado tratamento, sendo o efluente sanitário destinado a ETE Mizumo composta por reator UASB, filtro aeróbio submerso e decantador secundário. O lançamento final do efluente tratado ocorre na rede da concessionária local.

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos apresentam-se ajustados às exigências normativas.

Cabe ressaltar que as condicionantes impostas na licença anterior foram cumpridas de forma satisfatória e tempestiva, conforme demonstrado ao longo do presente parecer.

Desta forma, a Supram Sul de Minas sugere o deferimento do pedido de renovação da licença de operação do empreendimento TS TRIM BRASIL S.A.



## **2. Introdução.**

A empresa TS TRIM BRASIL S.A obteve em 04/05/2015 Licença de Operação para desenvolver a atividade de “Fabricação de peças e acessórios para veículos rodoviários, ferroviários e aeronaves”.

De acordo com a DN 217/2017, a atividade tem grande potencial poluidor/degradador, com uma área útil de 1,5605ha, se enquadrando como pequeno porte, o que representa um empreendimento classe 4.

A vistoria para subsidiar as análises foi realizada em 24/01/2019.

O Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA apresentado foi elaborado pela engenheira florestal Camilia Mara Franco, CREA 04.0.0000163650, ART 14201800000004934151.

### **2.1. Caracterização do empreendimento.**

O empreendimento TS TRIM BRASIL S.A. está instalado na Rua Angelina Rezende de Almeida, nº 400, no município de Ouro Fino, MG.

A empresa produz capas para banco de carros. O galpão onde são desenvolvidas as atividades tem área construída de 8254,93 m<sup>2</sup>. A empresa conta atualmente com 326 funcionários, que se revezam em 2 turnos de trabalho, 5 dias por semana e em todos os meses do ano.

A capacidade nominal instalada é de 640 conjuntos/dia, sendo que o percentual médio de utilização desta capacidade nos últimos dois anos equivalente a 89%. Um conjunto equivale às peças de assentos dianteiro e traseiro e encostos dianteiro e traseiro.

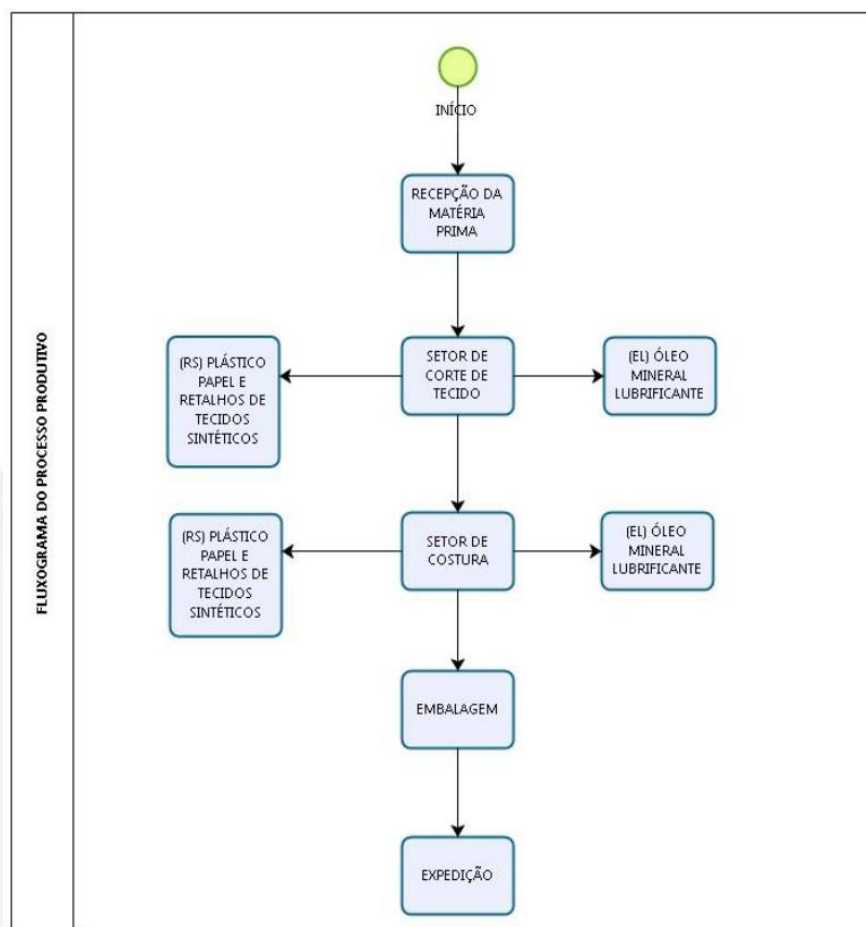


Figura 1: Fluxograma do processo produtivo

O sistema de produção da empresa tem início na recepção da matéria prima, que são tecidos sintéticos e linhas para costura.

Os tecidos chegam na empresa enrolados em tubos de papelão envelopados com plástico transparente e são armazenados na posição vertical por ordem de chegada.

O processo de produção propriamente dito inicia no setor de cortes, que realiza o corte dos tecidos nos moldes repassados pelo cliente. O equipamento que realiza o corte dos tecidos recebe os arquivos digitais com moldes, passa por uma programação rápida e começa a efetuar o corte na forma idêntica ao molde programado. Ao término da operação de corte, gera-se papel, plásticos e retalhos de tecidos recicláveis.

Na mesa de separação, as peças são separadas e organizadas conforme os moldes e encaminhados para a linha de costura. A máquina de costura usada é a “Reta Eletrônica”, também chamada “Ponto Reto”, que são máquinas simples e oferecem apenas a costura reta.



Nesta etapa são gerados pequenos retalhos de tecidos sintéticos e também óleo vegetal lubrificante.

Após o término do produto o mesmo passa por um controle de qualidade no próprio setor de costura, e, estando em conformidade, é encaminhado para o setor de embalagem e expedição.

A energia elétrica é fornecida pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. A empresa conta também com um gerador de emergência, com potência de 240kW.

O empreendimento possui dois compressores com purgadores eletrônicos que retiram os vapores de umidade do sistema.

### **3. Diagnóstico Ambiental.**

#### **3.1. Recursos Hídricos.**

A água utilizada para consumo humano (sanitários e refeitório) é proveniente do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino (DMAAE).

#### **3.2. Reserva Legal.**

Por se tratar de área urbana, o empreendimento está dispensado da apresentação de averbação de Reserva Legal.

### **4. Autorização para Intervenção Ambiental.**

O presente parecer não autoriza qualquer tipo de supressão de vegetação nativa.

### **5. Aspectos/Impactos ambientais e medidas mitigadoras.**

#### **5.1. Efluentes líquidos**

Não há geração de efluentes industriais, visto que não é utilizada água em nenhuma das etapas do processo produtivo. A única fonte de geração de efluentes líquidos refere-se ao esgotamento sanitário, recolhido e tratado na ETE sanitária.

#### **Medida(s) mitigadora(s):**

A estação de tratamento de esgoto é o sistema Mizumo Tower, dimensionada para tratar um volume de até 30.000 litros por dia.



O sistema de tratamento do efluente sanitário proveniente do restaurante e sanitários é o Mizumo Tower composto por reator anaeróbio de fluxo ascendente e filtro aeróbio submerso. O pré-tratamento é composto por gradeamento de limpeza manual. O biogás gerado é direcionado para sistema de filtro de carvão. O lançamento final do efluente tratado ocorre na rede da concessionária local.

## 5.2. Resíduos Sólidos

A Tabela 1 abaixo demonstra a gestão de resíduos sólidos no empreendimento.

Resíduo	Destino
Papelão	Reciclagem
Plástico	Reciclagem
Tecido	Reutilização
Varrição	Aterro
Lodo ETE	Compostagem
Matéria Orgânica	Aterro
Metal	Reutilização
Vidros	Reciclagem
Madeira	Reciclagem

Tabela 1: Resíduos sólidos – Geração e Destinação

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento são: papel/papelão e plástico que são encaminhados para reciclagem; refugos de cortes de tecido e aparas de couro que são destinados para empresa trituradora para então serem reutilizados; varrição e matéria orgânica destinados para coleta municipal e lodo da ETE devidamente coletado por empresa especializada. Todos resíduos recicláveis são devidamente segregados em containers e armazenados em local coberto.

## 5.3. Emissões atmosféricas

O processo produtivo da TS TRIM Brasil S/A não gera poluentes atmosféricos.



#### 5.4. Ruídos e Vibrações

Considerando que o empreendimento se localiza na zona urbana circunvizinho às áreas residenciais é realizado monitoramento anual de ruído. Os resultados apresentados ao longo da vigência da licença demonstram atendimento aos padrões estabelecidos na Resolução CONAMA nº 01/1990 e Lei 10.100/1990.

Em vistoria ao empreendimento foi observado que a operação das atividades não gera transtorno ao sossego local. Desta forma, excluiu-se do programa de automonitoramento do empreendimento a apresentação de relatórios anuais de ruído externo.

#### 5.5. Cumprimento de condicionantes

A concessão da licença do PA nº 9143/2014/003/2014 se deu em 06/05/2015. Em fiscalização ao processo, foi realizado pelo Núcleo de Controle Ambiental (NUCAM) o acompanhamento das condicionantes estabelecidas nos anexos I e II do Parecer Único Nº0314911/2015 através do relatório de fiscalização 56/2017, protocolo SIAM 0752727/2017. O período analisado foi de maio/2015 a maio/2017. Na ocasião o empreendimento restou autuado vide AI 93582/17 por descumprir condicionante, bem como cumprir com as condicionantes fora do prazo solicitado. A defesa ao auto de infração foi protocolada e ainda aguarda análise. Restou autuado, ainda, vide AI nº 48.187/2014, por operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem licença de operação, tendo sido julgado o auto de infração que foi quitado pelo empreendimento.

De maio/2017 a novembro/2018 foi realizado o levantamento do cumprimento do programa de automonitoramento da ETE sanitária, resíduos sólidos e ruído. O empreendedor apresentou as informações na periodicidade desejada bem como os relatórios comprovaram atendimento às legislações aplicáveis.

ETE Sanitária		
Data prevista	Protocolo	Data de apresentação
04/11/2015	NUCAM	
04/05/2016	NUCAM	
04/11/2016	NUCAM	
04/05/2017	NUCAM	
04/11/2017	R315694/2017	20/12/2017
04/05/2018	R135277/2018	30/07/2018
04/11/2018	R0202109/2018	17/12/2018

Tabela 2: Programa de automonitoramento da ETE sanitária



Resíduos Sólidos		
Data prevista	Protocolo	Data de apresentação
04/11/2015	NUCAM	
04/05/2016	NUCAM	
04/11/2016	NUCAM	
04/05/2017	NUCAM	
04/11/2017	R315694/2017	20/12/2017
04/05/2018	R135277/2018	30/07/2018
04/11/2018	R0202109/2018	17/12/2018

Tabela 3: Programa de automonitoramento de resíduos sólidos

Ruído		
Data prevista	Protocolo	Data de apresentação
04/05/2016	NUCAM	
04/05/2017	NUCAM	
04/05/2018	R0202109/2018	17/12/2018
	R315694/2017	20/12/2017

Tabela 4: Programa de automonitoramento de ruído

## 6. Controle Processual

Trata-se de pedido renovação de licença de operação para a atividade de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, a qual é classificada como sendo grande potencial poluidor/degradador e pequeno porte.

Estão no processo as publicações em periódico relativas à obtenção da Licença de Operação e do pedido de renovação da Licença de Operação para o empreendimento (fls. 13 a 15).

A renovação do processo de licenciamento ambiental se dá através da apresentação do Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental – Rada, como sendo o instrumento que visa à avaliação do desempenho ambiental dos sistemas de controle implantados, bem como das medidas mitigadoras estabelecidas nas licenças anteriores, e instruirá o processo de renovação de LO.

O RADA consiste de um documento elaborado pelo empreendedor para fins de revalidação da Licença de Operação (LO) da atividade poluidora ou degradadora do meio ambiente, cujo conteúdo, baseado em informações e dados consolidados e atualizados, permite a avaliação da performance dos sistemas de controle ambiental, da implementação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais, bem como a análise da evolução do gerenciamento ambiental do empreendimento.

Assim, a apresentação do RADA tem por objetivo primordial subsidiar a análise técnica do pedido de revalidação da Licença de Operação (LO), por meio da avaliação do





desempenho ambiental global do empreendimento durante o período de vigência da licença vincenda.

A equipe interdisciplinar da SUPRAM SM julga satisfatório o Relatório de Desempenho Ambiental (RADA), tendo em vista a atividade desenvolvida.

Conforme item 5 deste parecer único, os sistemas de controle ambiental apresentados no gerenciamento dos aspectos ambientais considerados relevantes no empreendimento são suficientes para avaliar o seu desempenho ambiental, desta forma, sugerimos o deferimento do processo de revalidação da Licença de Operação – LO.

Em consulta ao sistema, foi constatada a existência de Auto de Infração lavrado contra o empreendimento durante o período de vigência de sua operação, Auto de Infração nº48.187/2014, com aplicação de penalidade que não cabe mais recurso, o que gera fixação do novo prazo de Licença. Assim, segundo Decreto Estadual 47.383/18, a validade da licença deverá ser de 08 (oito) anos.

O empreendimento possui porte pequeno e potencial poluidor grande, em que a Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016 estabelece como de competência da Superintendência Regional de Meio Ambiente sua decisão:

“Art. 4º A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – tem por finalidade formular, coordenar, executar e supervisionar as políticas públicas para conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental do Estado, competindo-lhe:

...

VII – decidir, por meio de suas superintendências regionais de meio ambiente, sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:

- a) de pequeno porte e grande potencial poluidor;
- b) de médio porte e médio potencial poluidor;
- c) de grande porte e pequeno potencial poluidor;”

## 7. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Renovação, para o empreendimento “TS TRIM Brasil S.A” para a atividade de “Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, exceto embarcações e estruturas flutuantes”, no município de “Ouro Fino-MG”, pelo prazo de “08 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de



Minas, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

## 8. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para Renovação da Licença de Operação da “TS TRIM Brasil S.A”;

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento da Renovação da Licença de Operação da “TS TRIM Brasil S.A”; e

**Anexo III.** Relatório Fotográfico da “TS TRIM Brasil S.A”.



## ANEXO I

### Condicionantes para Renovação da Licença de Operação da “TS TRIM Brasil S.A”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Renovação da Licença de Operação da “TS TRIM Brasil S.A”

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da ETE sanitária*	DBO*, DQO*, óleos e graxas (óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais), sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, ABS (detergentes), pH, temperatura, vazão.	<u>01 vez a cada 06 meses</u> (Semestral)

\* O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Local de amostragem:** Entrada da ETE (efluente bruto): antes do gradeamento. Saída da ETE (efluente tratado): após o decantador secundário.

**Relatórios:** Enviar anualmente à Supram até o dia 10 do mês subsequente à 2ª análise, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



### ANEXO III

#### Relatório Fotográfico da “TS TRIM Brasil S.A”



**Foto 01.** Área de armazenamento de resíduos



**Foto 02.** Produção



**Foto 03.** ETE sanitária



**Foto 04.** Coleta seletiva na linha de produção